

Informe FUP

31.08.2009

Ato contra punições e por uma nova Lei do Petróleo abre a campanha reivindicatória 2009

Com faixas e cartazes em defesa de uma nova Lei do Petróleo e repudiando as punições e práticas antissindiciais da Petrobrás, caravanas de petroleiros de várias regiões do país começaram a chegar pela manhã desta segunda-feira, 31/08, ao Centro do Rio de Janeiro. Vindos do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo, Norte Fluminense, Duque de Caxias, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba e outras bases da FUP, os trabalhadores se concentraram em frente ao Edise, convocando os companheiros do edifício sede da Petrobrás para somarem-se ao ato, que abriu a campanha reivindicatória 2009. Trabalhadores sem terra e estudantes, mais uma vez, estavam juntos com os petroleiros, unificando a luta para que o petróleo seja do povo brasileiro e a Petrobrás uma empresa 100% estatal e pública. Também participaram da manifestação, dirigentes da CUT-RJ, da CNQ, da CTB e da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS).

Pauta de Reivindicações é protocolada

A pauta de reivindicações para o Acordo Coletivo de Trabalho do Sistema Petrobrás – 2009/2011 foi entregue à Petrobrás por dirigentes da FUP, CUT, CNQ e CTB, nesta segunda-feira, 31/08, durante o ato que abriu a campanha reivindicatória. A pauta foi aprovada na I Plenária Nacional da FUP e referendada nas assembleias.

O petróleo tem que ser nosso e a Petrobrás, também

O coordenador da FUP, João Antônio de Moraes, iniciou o ato, destacando as duas frentes de lutas que os petroleiros estão inseridos neste momento: a campanha reivindicatória e o Projeto de Lei dos trabalhadores e movimentos sociais para a nova Lei do Petróleo. “Nossas propostas estão expressas no Projeto de Lei 5891/2009 que demos entrada na Câmara dos Deputados, cujas propostas vamos debater também no Senado, em audiência pública nesta quinta-feira. Essa proposta foi construída em conjunto com os movimentos sindical, social e estudantil e para fazê-la avançar no Congresso, precisamos do povo mobilizado precisamos do povo mobilizado, ocupando as ruas e praças do país”, declarou Moraes, ressaltando que o PL 5891/2009 prevê a transformação da Petrobrás em uma empresa 100% pública e estatal, a reincorporação da Refap e da Transpetro e a incorporação da TBG e das refinarias Manguinhos (RJ) e Riograndense (antiga Ipiranga, no RS). “Essa luta que travamos se passa também dentro da gestão da Petrobrás. Não permitiremos que dirigentes da empresa persigam e punam trabalhadores que lutam por seus direitos”, ressaltou Moraes.

O presidente da CUT-RJ, Darby Igayara, frisou que a defesa da Petrobrás 100% estatal e pública é bandeira da Central, que continuará nas ruas defendendo a soberania nacional e o projeto de lei dos trabalhadores para garantir que o petróleo seja do povo brasileiro. “É fundamental que a direção da Petrobrás tenha responsabilidade com os direitos dos trabalhadores. Práticas antissindiciais e punições são inadmissíveis”, declarou. “Os trabalhadores estão escrevendo a história do país. Esta luta é de todos os brasileiros e para todos os brasileiros”, destacou o dirigente da CNQ, Cairo Corrêa.

O líder dos trabalhadores sem terra do Rio de Janeiro, Mardonio Barros, enfatizou a aliança do movimento camponês com os petroleiros na campanha pela retomada do monopólio estatal do petróleo e se solidarizou com a luta da categoria contra as punições impostas pela Petrobrás aos trabalhadores que participaram da greve de março. “Defendemos uma Petrobrás pública, estatal e com responsabilidade social”, declarou. Uma caravana com 40 estudantes secundaristas de Campos, no Norte Fluminense, esteve também presente ao ato, junto com trabalhadores, aposentados e dirigentes sindicais da Bacia de Campos. “Estamos aqui para gritar alto que o petróleo é nosso para que todos saibam que a juventude brasileira não permitirá que as

multinacionais se apossarem dos nossos recursos”, frisou o secundarista Maycon Prado, presidente da Federação dos Estudantes de Campos e militante da União da Juventude Socialista (UJS).

“Mexeu com meu companheiro, mexeu comigo”

O ex-coordenador da FUP, Antônio Carlos Spis, que liderou a histórica greve de maio de 1995, cujo um dos motes foi a luta contra a quebra do monopólio e a privatização da Petrobrás, atacou as práticas antissindiciais que a empresa continua utilizando para tentar desmobilizar os trabalhadores. “A punição é um trunfo que a empresa utiliza para tentar chantagear os trabalhadores na hora da negociação do acordo coletivo. A categoria não vai cair nesta ladainha”, declarou Spis, que é diretor do Sindipetro Unificado-SP e representante da CUT na Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS). “É inadmissível que antigos companheiros de luta sindical que hoje ocupam cargos de gerências na empresa permitam que punam trabalhadores que lutam por seus direitos”, lamentou Spis, criticando a gerência de RH da Petrobrás.

O diretor da FUP e da CTB, Daniel Samarate, lembrou que a categoria votou e aprovou nas assembleias a deliberação da I Plenária Nacional da FUP de que não haverá assinatura de Acordo Coletivo se a Petrobrás mantiver as punições aplicadas injustamente aos trabalhadores que realizaram a greve de março. “O maior patrimônio desta empresa são os seus trabalhadores, os mesmos que estão nas ruas defendendo uma nova Lei do Petróleo para garantir uma Petrobrás 100% estatal e pública. A direção da empresa deve estar atenta, pois a categoria decidiu que com punição, não tem acordo”, declarou.

Ao coro de “mexeu com meu companheiro, mexeu comigo”, dirigentes dos sindicatos filiados à FUP saudaram os trabalhadores presentes ao ato, frisando em seus discursos a indignação e revolta da categoria contra as punições e práticas antissindiciais da Petrobrás.

Audiência pública no Senado vai debater proposta dos trabalhadores para nova Lei do Petróleo. Nesta quinta (03/09), às 09 horas

Após ter dado entrada na Câmara dos Deputados, como o Projeto de Lei 5891/2009, a proposta da FUP, Sindipetro-RJ, Aepet e movimentos sociais para retomada do monopólio estatal do petróleo será também debatida no Senado. O anteprojeto dos trabalhadores foi protocolado nesta quarta-feira, 26/08, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado e será discutido em audiência pública na quinta-feira, 03/09, a partir das 09 horas, na Sala 2 do Senado.

Através da assistência e orientação do senador Paulo Paim (PT/RS), a FUP sugeriu o anteprojeto à Comissão do Senado, que protocolou a proposta sob o número 002/2009. A primeira Audiência Pública para debater as propostas dos trabalhadores e movimentos sociais contará com a presença de dirigentes da Federação, representantes dos sindicatos e de organizações populares.

Participarão da audiência o coordenador da FUP, João Antônio de Moraes, o diretor da CUT, Dary Beck Filho, o diretor da CTB, José Divanilton da Silva, o representante da Via Campesina, Francinaldo Alves Correia, e o coordenador do Sindipetro-RJ e representante da AEPET, Emanuel Cancelli. A audiência está prevista para ser realizada das 9h às 12 horas, na Sala 2 do Senado.

Governo anuncia proposta de nova legislação para o pré-sal

Como já era esperado, o governo anunciou nesta segunda-feira, 31, sua proposta para uma nova legislação específica para as áreas exploratórias do pré-sal. Conforme a ministra Dilma Rousseff já havia anunciado aos dirigentes da FUP e da CUT, em reunião no último dia 20, a proposta do governo para a nova legislação é de regime de partilha de produção, com a Petrobrás como operadora em todos os campos. O governo também propõe a criação de uma nova estatal para representar a União nos contratos de partilha e a instituição de um fundo social para gerir os recursos do pré-sal que serão destinados para investimentos em saúde, educação, ciência, tecnologia, cultura e meio ambiente.

O governo enviará as propostas ao Congresso Nacional em forma de quatro Projetos de Lei, que serão encaminhados em regime de urgência constitucional, com prazo de votação de 45 dias na Câmara e no Senado. Os projetos de lei foram assinados pelo presidente Lula, nesta segunda-feira, 31. A FUP considera importante a decisão do governo de propor alteração na legislação do setor petróleo, mas entende que as propostas apresentadas, apesar de avançarem em relação à atual Lei 9.478/97, ainda são insuficientes para garantir a soberania nacional.

Para a Federação, a nova lei do petróleo deve abranger todo o território nacional e plataforma continental e não apenas as áreas do pré-sal, como propõe o governo. A Nova Lei do Petróleo defendida pela FUP deve garantir ainda o restabelecimento do monopólio estatal do petróleo, com retomada das áreas que já foram leiloadas; a transformação da Petrobrás em empresa 100% estatal e pública; a criação de um Fundo Social Soberano (com controle social), para que os recursos do petróleo sejam destinados a políticas públicas que atendam às necessidades do povo brasileiro, entre outras garantias.

A proposta que a Federação e os movimentos sindicais, sociais e estudantis construíram coletivamente está expressa no Projeto de Lei 5891/2009 que foi apresentado na Câmara dos Deputados, na quinta-feira passada (27/08). A FUP, junto com o Sindipetro-RJ, a AEPET e os movimentos sociais, está lutando para que a proposta dos trabalhadores seja também transformada em projeto de lei no Senado. É através destas duas frentes de batalha no Congresso Nacional, que a FUP e seus sindicatos intensificarão a luta por uma Nova Lei do Petróleo, que de fato garanta a soberania nacional.

Baixe no portal da FUP a íntegra do Projeto de Lei defendido pelos trabalhadores:

http://www.fup.org.br/downloads/anteprojeto_nova_lei.pdf

Direção Colegiada da FUP